

A FUNÇÃO DOS DEVERBAIS PARA O GRAU DE INFORMATIVIDADE DO GÊNERO EDITORIAL

Fátima Christina CALICCHIO

Universidade Estadual de Maringá- EEM

Resumo: O presente estudo buscou analisar o modo de produção discursiva do gênero editorial, a partir dos deverbais a fim de identificar sua (s) função (s) para o grau de informatividade textual. Neste estudo de caráter qualitativo, partimos da observação (coleta de dados no corpus, passando às ideias que foram levantadas por meio da discussão dos resultados obtidos). Selecionamos como objeto de análise, editoriais de jornais reconhecidos nacionalmente. O critério de seleção se deu por ordem de circulação (nacional, estadual, regional) Como aporte teórico, aliamos estudos funcionalistas aos de base descritiva sobre teoria lexical às postulações de teóricos sobre gêneros. Com base nos resultados dessa pesquisa, concluímos que os meios linguísticos funcionaram como um mecanismo eficiente para o grau de informatividade textual. Esperamos, com esse trabalho, ter contribuído para o estudo sobre a importância dos aspectos gramaticais na construção dos gêneros textuais, em específico, os de natureza argumentativa.

Palavras-chave: Deverbais. Editorial. Gêneros Textuais.

DEVERBAL NOUNS FOR THE FUNCTION OF THE DEGREE OF GENDER INFORMATIVENESS EDITORIAL

Abstract: This work investigates the mode of discursive production of gender editorial, from the deverbial nouns in order to identify their (s) function (s) to the level of information text. In this qualitative study, we start from the observation (data collection in the corpus, from the ideas that were raised through the discussion of the results). Selected as the object of analysis, newspaper editorials nationally recognized. The selection criterion was given in order of movement (national, state, local) As theoretical, we combine the functionalist studies based on descriptive theory of lexical to theoretical postulations about gender. Based on the results of this research, we conclude that the linguistic means serve as an efficient mechanism for the degree of informativeness textual. Hopefully, with this work, have contributed to the study on

the importance of grammatical features in the construction of textual genres, in specific, the argumentative in nature.

Keywords: Deverbal nouns. Editorial. Textual Genres.

SUSTANTIVOS DEVERBALES PARA LA FUNCIÓN DEL GRADO DE REDACCIÓN DE GÉNERO INFORMATIVIDAD

Resumen: Este estudio investiga el modo de producción discursiva de la editorial de género, a partir de los sustantivos deverbales con el fin de identificar su (s) función (s) para el nivel de información de texto. En este estudio cualitativo, partimos de la observación (recogida de datos en el corpus, a partir de las ideas que se plantearon a través de la discusión de los resultados). Seleccionado como el objeto de análisis, editoriales de periódicos reconocidos a nivel nacional. El criterio de selección se le dio orden de movimiento (nacional, estatal y regional) como teórico, que se combinan los estudios funcionalistas sobre la base de la teoría descriptiva del léxico a postulados teóricos sobre el género. Con base en los resultados de esta investigación, llegamos a la conclusión de que los medios lingüísticos funcionó como un mecanismo eficiente para el nivel de información de texto. Esperemos que, con este trabajo, han contribuido al estudio sobre la importancia de las características gramaticales en la construcción de los géneros textuales, en concreto, la naturaleza argumentativa.

Palabras clave: Enseñanza géneros de texto. El género editorial. El funcionalismo.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na atualidade, vários estudos têm escolhido o discurso como objeto de análise, pelo caráter de interação social existente entre os participantes de um processo comunicativo, que se organiza e reorganiza de forma constante e recorrente de acordo com as necessidades e intenções do falante.

Todo discurso se materializa por meio de algum gênero textual, assim, percebe-se que o trabalho com gêneros textuais é de fundamental importância para quem pretende entender a língua, seus usos e desusos no dia a dia.

Nosso objetivo nesse trabalho é analisar o modo de produção discursiva de um gênero específico, o editorial, observando a utilização dos deverbais nessas produções a fim de identificar a função/funções deles para o grau de informatividade textual.

Como aporte teórico, aliaremos estudos de funcionalistas como (ILARI e NEVES, 2008), sobre a estrutura argumental dos substantivos. Somam-se a esse enfoque os estudos sobre gêneros defendidos por (BAKHTIN, 2000) e (MARCUSCHI, 2005).

Levando em consideração o panorama teórico dessa pesquisa em que a gramática é interpretada no discurso, nos diferentes contextos de interação, o objetivo deste trabalho, corresponde à investigação do grau de informatividade que os substantivos deverbais podem exercer no gênero editorial.

Para tal investigação, o trabalho terá fundamentalmente, como aporte teórico, postulações funcionalistas, pois essa abordagem tem seu interesse em investigações reais da língua em uso e o objetivo de estudar a função de itens gramaticais nas situações comunicativas.

BREVE REVISÃO DA LITERATURA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para alcançar os objetivos do presente estudo, com relação ao gênero textual, nos apoiaremos nas postulações de Marcuschi (2005), segundo o qual,

os gêneros podem ser caracterizados conforme a atividade sociodiscursiva a que servem. Quando conhecemos um gênero, conhecemos uma forma de realizar, linguisticamente, objetivos específicos em situações particulares (MARCUSCHI, 2005, p. 19-36).

Consequentemente, o conhecimento sobre os diferentes gêneros textuais é uma ferramenta imprescindível de socialização para a inclusão funcional dos indivíduos nas atividades sociais em que se inserem.

Ao refletir sobre os gêneros discursivos, Bakhtin (2000) ressalta que o uso da língua se processa por enunciados orais e escritos, produzidos pelos integrantes de uma determinada esfera de atividade humana. O enunciado reflete suas condições específicas e seus objetivos, pelo conteúdo, pelo seu estilo verbal, pelos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais e, especialmente, pela construção composicional. “Cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso o que denominamos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2000, p. 279).

O GÊNERO EDITORIAL SEGUNDO ESPECIALISTAS

Melo, (1985) define o editorial como “o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento”. Pode-se entender, com essa definição, que o editorial é um texto que emite uma opinião, mas não qualquer, a do jornal. Diferente dos outros gêneros que emitem a opinião de um autor (que torna público o seu nome, como responsável por sua obra) seja um jornalista, colaborador ou leitor, o editorial é responsabilidade da instituição. Isso não significa que o editorial seja a opinião do proprietário da empresa (a não ser em casos de empresas de menor porte), nem que seja a opinião de todos que fazem parte da empresa.

nas sociedades capitalistas, o editorial reflete não exatamente a opinião dos seus proprietários nominais, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização. Além dos acionistas majoritários, há financiadores que subsidiam a operação das empresas, existem anunciantes que carregam recursos regulares para os cofres da organização através da compra de espaço, além de traços do aparelho burocrático do Estado que exerce grande influência sobre o processo jornalístico pelos controles que exerce no âmbito fiscal, previdenciário, financeiro. (MELO, 1985, p.79).

O editorial tem a difícil tarefa de tomar uma posição diante dos fatos do cotidiano, num espaço cheio de contradições, e ainda conciliar os interesses de diferentes leitores.

Quem escreve o editorial é um editor, que produz o texto adequado aos valores que o jornal defende, sem assiná-lo pelo fato do editorial tratar-se de uma opinião do jornal e não a sua. Mas, a quem se dirige o editorial? Melo, (1985) deixa claro que, no caso da sociedade brasileira, que não possui uma opinião pública autônoma, os editoriais, “embora se dirijam formalmente à opinião pública, na verdade encerram uma relação de diálogo com o Estado”.

A leitura de editoriais dos jornais diários, por exemplo, inspira-nos a compreensão de que as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos. E não se trata de uma atitude voltada para perceber as reivindicações da coletividade e expressá-las a quem de direito. Significa muito mais um trabalho de ‘coação’ ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam. (MELO, 1985, p. 80)

Assim, pode-se perceber que o editorial utiliza-se de uma linguagem argumentativa, mantendo seu autor geralmente anônimo (embora se possa encontrar editoriais assinados). Por meio dessa breve explanação teórica, podemos considerar o editorial como um texto de discurso argumentativo que visa à persuasão por meio de uma linguagem simples e de uma estrutura de fácil apreensão, embora bem elaborada.

CONTRIBUIÇÕES DA CORRENTE FUNCIONALISTA

ESTRUTURA ARGUMENTAL DOS SUBSTANTIVOS

Uma vez levantadas essas considerações teóricas sobre gêneros, tipologia, domínio discursivo e o gênero editorial, passamos às postulações funcionalistas em que uma gramática com essa abordagem considera sempre o uso das expressões linguísticas na interação verbal. Ou seja, além de considerar a língua como um instrumento de comunicação e interação em suas variadas situações de uso, as estruturas linguísticas são analisadas sob o ponto de vista funcional.

Nesse viés, o panorama teórico que se pretende projetar é o da Gramática Funcional (GF), que concebe a linguagem, nos termos de Dik, (1989), acima de tudo como um instrumento de interação social entre seres humanos, usada com o objetivo primário de estabelecer relações comunicativas entre os interlocutores.

Esse modelo representa uma tentativa de explicar a forma linguística a partir de funções mais frequentes que ela desempenha na interação, admitindo a adaptação da estrutura gramatical às necessidades cognitivas e comunicativas dos usuários da língua.

Nesse sentido, para dar conta de discutir a função dos deverbais para o grau de informatividade do gênero editorial, adotaremos para esse estudo as postulações de Ilari e Neves (2008) sobre a estrutura argumental dos nomes, segundo o qual eles possuem propriedades individualizadoras e podem ser classificados a partir de uma base morfológica e semântica organizando estruturas argumentais.

do ponto de vista semântico, além de denominar, o substantivo referencia, a função pela qual um signo linguístico se refere às coisas, aqui entendidas como qualquer entidade do mundo extralinguístico, real ou imaginário. Um outro modo de entender a referenciação dos substantivos é analisar seu funcionamento circunscrito ao universo textual, ou seja, não mais trata-lo como objeto do mundo, mas como objeto do discurso. (ILARI; NEVES 2008, p. 21).

Em outras palavras, significa considerar que as funções dos nomes estão aos propósitos pragmáticos. Nas observações de Ilari e Neves (2008) dentro da classificação do ponto de vista semântico, existe uma subclassificação sobre a estrutura argumental dos substantivos. “Uma subclasse de substantivos é valencial, isto é, ao constituir-se como núcleo de SN (sintagma nominal), aciona estrutura argumental e regência.” (ILARI; NEVES, 2008, p.67). Ou seja, o substantivo que funciona como núcleo do sintagma nominal será o termo responsável pela predicação da estrutura inteira. Nesse processo de transferência, ele deixa de exercer sua função prototípica de referenciação, designação de objetos e entidades do mundo extralinguístico, adquirindo a dupla função de transmitir informações sobre a área temática e

as de estado de coisas. Assim, o SN, como centro da predicação, será responsável pela abertura de espaços vazios a serem preenchidos pelos argumentos de uma construção inteira.

Segundo Ilari e Neves (2008), como construções encaixadas, os nomes deverbais são dotados de uma característica gramatical relevante. Além de, poderem preservar a estrutura argumental do predicado verbal de origem, podem atuar como um termo da predicação matriz. Essa característica dá aos nomes deverbais a versatilidade funcional de exercer funções sintáticas, semânticas e pragmáticas as quais não seriam possíveis caso se mantivessem como verbos.

Justamente por situarem-se no conjunto das predicações encaixadas e, portanto, atuarem como termos, os substantivos derivados são dotados de uma especificidade gramatical própria: além de preservarem praticamente intacta a estrutura valencial do termo primitivo que lhes deu origem, podem funcionar como termo na predicação matriz, assumindo funções sintáticas, semânticas e pragmáticas que, de outro modo, não seria possível assumir, caso se mantivessem como verbos. (ILARI; NEVES, 2008 p. 68).

Nessa perspectiva, três fatores favorecem a escolha de uma nominalização: uma razão informativa, sintática e textual, ou seja, uma função textual – discursiva. Isso significa que empregar um nome deverbal possibilita ao falante introduzir um novo referente no discurso e ou retomar uma predicação já enunciada no texto precedente, situação que vincula a função textual e o estatuto informacional.

EXERCÍCIO DE ANÁLISE

O objetivo nesta pesquisa corresponde à investigação da importância dos deverbais para o grau de informatividade do gênero editorial. Segundo Ilari e Neves (2008), os nomes deverbais possuem uma versatilidade funcional de exercer funções sintáticas, semânticas e pragmáticas as quais não seriam possíveis, caso se mantivessem como verbos. Tal versatilidade possibilita ao falante introduzir um novo referente no discurso e ou retomar uma predicação já enunciada no texto precedente, situação que vincula a função textual e o estatuto

informativa¹. Para fazermos o exercício de análise, usamos um editorial do jornal Folha de São Paulo publicado em 04 de novembro de 2011, cujo assunto abordava a questão sobre a presença de policiais militares no campus da USP.

Vejamos alguns exemplos da função dos deverbais para o grau de informatividade do gênero editorial.

Editorial do jornal Folha de S. Paulo: Fantasia minoritária

Presença de policiais militares no campus da USP é necessária e não ameaça em nada a liberdade de ensino e de pesquisa

- (1) Se, em alguma região ou bairro específico da cidade, registram-se vários casos de assalto, estupro e homicídio, não parece **disparatada** a conclusão de que é preciso aumentar o policiamento no local.

Das entidades informacionais: novo não usado, inferível e evocado, depreende-se que um verbal dificilmente constitui informação completamente nova. O referente de **disparatada** em (1) consiste numa entidade textualmente evocada, porque já ocorreu no modelo discursivo do alocutário, por ser evocada no próprio domínio textual.

- (2) Frequentado por milhares de estudantes, com atividades que se prolongam pela noite, e permeando-se de áreas ermas e descampadas, o campus da Universidade de São Paulo não tem por que constituir exceção a esse **raciocínio**.

Já o referente de uma entidade inferível como **raciocínio** em (2), só pode ser identificado pelo alocutário por meio de razões lógicas ou plausíveis, a partir de outra entidade discursiva ou inferível, cuja entidade já mencionada no primeiro parágrafo sobre a possibilidade da presença de policiais no campus universitário.

¹ Estatuto Informacional ver Prince (1981)

- (3) A presença de policiais militares na USP, para manter condições mínimas de segurança, serve, entretanto, de pretexto para atos pseudorrevolucionários de uma ínfima minoria de estudantes.

Ligados a grupelhos situados na mais extrema franja da esquerda universitária, cerca de 200 alunos ocuparam, primeiramente, a sede da administração da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. A façanha teve pouco impacto. Depois de quatro horas de debate, numa assembleia a que compareceram aproximadamente mil pessoas, decidiu-se suspender a **ocupação**.

- (4) Mesmo assim, um grupo de 50 estudantes pode-se dizer que a minoria de uma minoria resolveu dar um passo além, invadindo a reitoria da universidade.

Diante dessa **provocação** evidente, na qual nem sequer as instâncias e organizações representativas dos próprios estudantes foram respeitadas, tomou-se a única atitude correta: pedir, judicialmente, a reintegração de posse do local, desalojando os ocupantes pela força, se necessário.

Novamente, encontramos uma entidade inferível, em (3) **ocupação** em que só pode ser identificada por razões lógicas ou plausíveis a partir de outra entidade discursiva evocada ou inferível. Nessa entidade podemos inferir a entidade por meio do verbo **ocuparam** retomado pelo deverbal **ocupação**, ou seja, retoma uma predicação já enunciada no texto precedente. É o mesmo caso do deverbal **provocação** em (4) retomada uma predicação já precedente no texto.

- (5) Por timidez, excesso de suscetibilidade ideológica ou mera confusão, ainda há quem associe a presença da PM no campus com os traumas advindos da ditadura.

Uma coisa, entretanto, era o emprego de forças policiais para prender professores e estudantes suspeitos de fazer **oposição** a um regime antidemocrático. Totalmente diversas são ações de policiamento que em nada impedem a liberdade de cátedra, o ensino, a pesquisa e a própria realização de atos políticos dentro do campus.

A entidade referida pelo deverbais **oposição** em (5) e **repressão** (6) é nova não usada, porque podemos presumir que a entidade correspondente já está no modelo discursivo do alocutário.

- (6) Identificada abstratamente com “**a repressão**”, segundo o antigo vocabulário da oposição ao regime militar, a PM hoje está na USP não para reprimir estudantes, e sim estupradores, ladrões e assassinos.
- (7) Vale assinalar, num rodapé tão curioso quanto deprimente, que o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior (Andes-SN) quis rememorar a antiga terminologia e condenou, na internet, a “**repreensão** da PM” aos estudantes da USP...
- (8) “**Repressão**” ou “**repreensão**”, não é disso que se trata, e não é a presença da PM que ameaça as atividades universitárias. Quem agride a democracia, o ensino e a pesquisa na USP é a paranoica minoria que invadiu a reitoria, no intuito de provocar um confronto que só atende às suas pueris fantasias de contestação.

O referente **repressão** ou **repreensão** em (6), (7) e (8) são exemplos de entidades textualmente evocadas, pois podem ser retomadas no próprio domínio discursivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que os estudos com gêneros textuais privilegiam sua função social e colocam em segundo plano os recursos gramaticais. Portanto, o interesse dessa pesquisa foi examinar a importância dos aspectos gramaticais, como os deverbais, e sua relação entre função e objetivos sociodiscursivos. A partir desse panorama, em que a gramática é interpretada no discurso considerando os integrantes e seus objetivos discursivos, o presente estudo buscou investigar a (s) função(s) dos deverbais para o grau de informatividade do gênero editorial considerando o estatuto informacional.

Por meio do exercício de análise aliado ao aporte teórico, verificou-se que os deverbais possuem uma importância no modo de produção do gênero proposto, pois não só introduzem referentes no discurso como também retomam uma predicação precedente no texto ao estabelecerem vínculo entre o estatuto informacional e a função textual de forma a contribuir para o grau de informatividade do gênero editorial.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- DIK, S. C. **The theory of Functional Grammar**. (Part I: The structure of the clause). Dordrecht: Foris, 1989.
- ILARI, R.; NEVES, M.H. M. (Org.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. Campinas: ed. da Unicamp, 2008.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. MACHADO, A.; BEZERRA, M. (Org.). **Gêneros Textuais e Ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- MELO, José Marques de. **A opinião do jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

REFERÊNCIAS EM MEIO ELETRÔNICO

Editorial do jornal Folha de S. Paulo: Fantasia minoritária. Disponível em: <<http://www.usp.br/imprensa/?p=15599>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

Fátima Christina CALICCHIO

Mestranda em Letras pela Universidade Estadual de Maringá. Especialista em Língua Portuguesa: Teoria e Prática pelo Instituto Paranaense de Ensino e Faculdades Maringá (2010). Possui graduação em Letras Português/Inglês pela Universidade Estadual de Maringá (2009). Tem interesse em estudos voltados à descrição linguística sob o enfoque funcionalista.

ANEXO

EDITORIAL DO JORNAL FOLHA DE S. PAULO: FANTASIA MINORITÁRIA

Presença de policiais militares no campus da USP é necessária e não ameaça em nada a liberdade de ensino e de pesquisa

Se, em alguma região ou bairro específico da cidade, registram-se vários casos de assalto, estupro e homicídio, não parece disparatada a conclusão de que é preciso aumentar o policiamento no local.

Frequentado por milhares de estudantes, com atividades que se prolongam pela noite, e permeando-se de áreas ermas e descampadas, o campus da Universidade de São Paulo não tem por que constituir exceção a esse raciocínio.

A presença de policiais militares na USP, para manter condições mínimas de segurança, serve, entretanto, de pretexto para atos pseudorrevolucionários de uma ínfima minoria de estudantes.

Ligados a grupelhos situados na mais extrema franja da esquerda universitária, cerca de 200 alunos ocuparam, primeiramente, a sede da administração da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. A façanha teve pouco impacto. Depois de quatro horas de debate, numa assembleia a que compareceram aproximadamente mil pessoas, decidiu-se suspender a ocupação.

Mesmo assim, um grupo de 50 estudantes pode-se dizer que a minoria de uma minoria- resolveu dar um passo além, invadindo a reitoria da universidade.

Diante dessa provocação evidente, na qual nem sequer as instâncias e organizações representativas dos próprios estudantes foram respeitadas, tomou-se a única atitude correta: pedir, judicialmente, a reintegração de posse do local, desalojando os ocupantes pela força, se necessário.

Por timidez, excesso de suscetibilidade ideológica ou mera confusão, ainda há quem associe a presença da PM no campus com os traumas advindos da ditadura.

Uma coisa, entretanto, era o emprego de forças policiais para prender professores e estudantes suspeitos de fazer oposição a um regime antidemocrático. Totalmente diversas são ações de policiamento que em nada impedem a liberdade de cátedra, o ensino, a pesquisa e a própria realização de atos políticos dentro do campus.

Identificada abstratamente com “a repressão”, segundo o antigo vocabulário da oposição ao regime militar, a PM hoje está na USP não para reprimir estudantes, e sim estupradores, ladrões e assassinos.

Vale assinalar, num rodapé tão curioso quanto deprimente, que o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior (Andes-SN) quis rememorar a antiga terminologia e condenou, na internet, a “repreensão da PM” aos estudantes da USP...

“Repressão” ou “repreensão”, não é disso que se trata, e não é a presença da PM que ameaça as atividades universitárias. Quem agride a democracia, o ensino e a pesquisa na USP é a paranoica minoria que invadiu a reitoria, no intuito de provocar um confronto que só atende às suas pueris fantasias de contestação.

(Editorial do jornal Folha de S. Paulo, 04/11/11).